

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.114 - SP (2019/0301612-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSE MARQUES DAS NEVES
ADVOGADO : JOSÉ MARQUES DAS NEVES - SP090565
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO ALVES DE LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO ALVES DE LIMA, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 388 (trezentos e oitenta e oito) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso V, ambos da Lei n.º 11.343/2006, sendo a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao analisar a apelação ministerial, deu provimento ao recurso, majorando o *quantum* da pena para 8 (oito) anos de reclusão, no regime fechado, mais 800 (oitocentos) dias-multa.

Neste *writ*, sustenta, em síntese, constrangimento ilegal na fixação da dosimetria pela Corte de origem, a ausência de aplicação da detração penal e o regime prisional imposto ao Paciente.

Requer (fl. 6):

"[...] a IMEDIATA SOLTURA DO PACIENTE, e que seja declarado NULO O V. ACÓRDÃO NO TOCANTE A SUA INTERPRETAÇÃO, BEM COMO EM RELAÇÃO A DOSIMETRIA DA PENA, e que outro seja proferido, inclusive fundamentando A DETRAÇÃO PENAL, para que o paciente cumpra o restante da CONDENAÇÃO QUE LHE FOI IMPOSTA EM REGIME MENOS

Superior Tribunal de Justiça

GRAVOSO."

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*. A Parte Impetrante não acostou aos autos cópia integral da sentença condenatória e do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, o que obsta a apreciação do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compet**e à Defesa **narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora